

Formação profissional, estágio e supervisão: impasses e desafios persistentes

A formação em Serviço Social tem sido objeto constante de preocupações e debates, sendo seus contornos determinados pela conjuntura histórica e pela atuação dos sujeitos orientados por projetos profissionais distintos no plano ético e político. Assim, pensar a formação profissional, especialmente o estágio e a supervisão, implica em reconhecer a trajetória que permite concebê-la atualmente como um *continuum* entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais (ABEPSS, 2008).

Historicamente pode-se observar que até os anos 1970 a formação profissional continha uma dinâmica calcada em uma relação simétrica entre as instituições formadoras e os campos de estágio, tendo como eixo o fazer profissional centrado em si mesmo, com ênfase no aspecto técnica e instrumental. Nesta dinâmica havia uma sinergia entre professores e supervisores de campo tanto em relação à concepção de profissão quanto aos conteúdos e práticas que compunham a formação profissional e entre os níveis de exigência em relação ao conhecimento. Não por acaso a ampla produção sobre a supervisão em Serviço Social ocorre neste período, colocando em evidência a articulação intrínseca entre o projeto societário hegemônico e os projetos institucionais incorporados pela categoria profissional. Esta articulação, aliada à condição dos assistentes sociais de executores terminais das políticas sociais se desdobrava, assim, na convergência entre o que o estudante devia aprender para o exercício da profissão e aquilo que era praticado no interior das instituições. Neste contexto o estágio desenvolvia-se em completa sintonia entre os atores envolvidos, visto que o objetivo era executar o apreendido. A formação do assistente social era compartilhada entre a instituição formadora e as instituições de campos de estágio, responsabilizada pelo ensino da prática. Este desenho pressupunha a supervisão sistemática do assistente social como uma atribuição imprescindível para concretizar a formação profissional. A sintonia era fortalecida pelos espaços sistemáticos de discussão, reiterando o projeto profissional e societário hegemônico à época, ancorada na competência técnica e política dos supervisores e professores.

Este círculo virtuoso começa a ser rompido posteriormente como consequência de três fatos intrinsecamente relacionados: a nova forma de pensar a profissão; o ingresso da maioria dos cursos de Serviço Social em instituições universitárias federais; e o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento pelas agências nacionais de fomento à pesquisa e à pós-graduação.

A nova forma de pensar a profissão, fundada na perspectiva crítica-dialética, revelou a indissociabilidade entre as três dimensões que a sustenta: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Tornou-se imperativo a adoção de uma perspectiva de conhecimento que articulasse a dimensão histórica e teórico-metodológica, tanto para o desenvolvimento da profissão como para a formação profissional. Assim, passou-se a aspirar a formação de um profissional que entende a sua prática e entende-se a si próprio no conjunto da vida social e, portanto torna-se central a relação de sua prática com a totalidade do processo histórico (ABESS, 1989).

O ingresso da maioria dos cursos de Serviço Social, até então mantidos em sua maioria por organizações confessionais, em estruturas universitárias ocorreu na década de 1970, em plena ditadura militar. Nesse momento a política de ensino superior instituída rearticulou a estrutura universitária em dois planos: administrativo e curricular. Incluiu a incorporação de cursos que favorecessem o projeto de desenvolvido adotado para o país no período. Exemplo disso foi a expansão dos cursos de direito, administração entre outros, além da inclusão no desenho curricular de disciplinas como Estudo dos Problemas Brasileiros, direcionadas ao fortalecimento da ideologia da segurança nacional. A incorporação dos cursos de Serviço Social impôs parâmetros distintos para o seu reconhecimento no âmbito acadêmico como, por exemplo, a exigência de articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão, com impactos decisivos na carreira docente dos assistentes sociais. A convivência universitária favoreceu uma ambiência interdisciplinar que exigia dos professores uma competência teórica consistente para seu reconhecimento no espaço acadêmico. Ao contrário do que a ditadura esperava com a reforma

universitária, a universidade se tornou um espaço importante para a continuidade do debate político, tanto em relação a um projeto de sociedade distinto do proposto como também para o debate sobre uma nova concepção de profissão. Entretanto a concentração de esforços, ao longo dos anos, para o desenvolvimento da dimensão teórico-metodológica e ético político do novo perfil profissional comprometido com os valores da liberdade e igualdade, bem como para consolidar o Serviço Social como área de conhecimento, comprometeu igual desenvolvimento do debate em torno da dimensão técnico-operativa da profissão, o que rebateu, profundamente, no campo do estágio curricular e conseqüentemente da supervisão. Em outros termos, instaurou-se, em grande medida, um distanciamento entre o supervisor de campo e o supervisor acadêmico, entre instituições de estágio e instituições formadoras. Análises mais desavisadas atribuem a este processo a conhecida crítica: na prática a teoria é outra. Estas questões rebateram, para além do processo formativo, no exercício profissional, e vem sendo anunciadas, desde a década de 1990, por agentes fiscais e comissões de fiscalização da profissão do CFESS, relacionadas às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais.

A estruturação do Serviço Social como área de conhecimento, fruto do desenvolvimento da profissão e de sua inserção no âmbito universitário em nível de graduação e de pós-graduação, foi fundamental no sentido de legitimar a profissão no âmbito da produção do conhecimento. Favoreceu, ainda, maior densidade teórico-metodológica ao conhecimento produzido sobre a profissão, sobre a realidade onde atua e também sobre a própria intervenção. Esta produção constrói e sustenta um novo projeto ético-político e garante uma inserção política, fundamentada na teoria social crítica, no cenário nacional. De maior importância para o âmbito da formação foi a contribuição para apreensão das demandas profissionais a partir do conjunto das relações sociais, distanciando-se de uma apreensão imediatista, pragmática e circunscritas em si mesmas. A produção, nessa nova perspectiva, constitui subsídios importantes para o conhecimento da realidade e redirecionamento da prática profissional.

A proposta de formação profissional, nessa nova configuração, transforma-se, alterando profundamente a natureza do estágio supervisionado. Se anteriormente o estágio situava-se em um campo tendencialmente convergente entre instituições formadoras e instituições campo da prática, a nova proposta, ao defender um determinado projeto societário confronta-se com as instituições campos de estágio, e instaura tensões entre os principais atores envolvidos no processo formativo. Contrariamente ao ocorrido em outras profissões de natureza interventiva, continuou se atribuindo alto grau de responsabilidade às instituições campos de estágio no processo de formação. Dessa forma, o estágio e a supervisão, compartilhados entre supervisor de campo e supervisor acadêmico, torna-se um campo permeado por conflitos intrínsecos à convivência de diferentes e coloca problemas a serem enfrentados no processo de supervisão. Esse novo cenário exige esforços concentrados da profissão para enfrentar os desafios que lhes são postos, uma vez que é o lócus em que as questões da prática profissional cotidiana ganham contornos e visibilidade.

O campo de estágio passa a expressar um dos impasses centrais no processo de formação. De um lado, o supervisor de campo pauta suas ações e orientações predominantemente em respostas às demandas institucionais e, de outro lado, há a reiteração, pela academia, de implementação um projeto profissional, hoje hegemônico no interior da categoria profissional, que propõe alterações na ordem institucional e societária. A convivência entre lógicas distintas impõe a exigência de conhecimentos que possibilitem o estabelecimento de mediações no sentido de garantir a formação crítica do aluno em espaços concretos e contraditórios.

Também contraditória é a dificuldade de articulação, entre os distintos projetos ético-político profissionais e os atores envolvidos com a supervisão de estágio. Os impasses se tornam visíveis unicamente no momento da análise e encaminhamento de situações concretas, sendo recorrente a não explicitação das diferenças. O mascaramento destas diferenças, pelas mais diversas razões, torna difícil a construção do perfil profissional proposto atualmente para a profissão, agudiza-se na atual conjuntura com a crescente dissociação entre o projeto ético-político profissional e um projeto de nação diametralmente oposto a universalização e garantia de direitos.

Este conjunto de questões vem tendo visibilidade ao se constituírem em objetos de estudos e debates por pesquisadores que vem problematizando o estágio e a supervisão. Espera-se que este movimento produza respostas inovadoras que concretizem o desejo expresso pela professora Iamamoto (1992, p. 203) de “capacitar o aluno a tratar as pequenas questões da prática cotidiana como grandes desafios intelectuais e operativos”.

A publicação desta edição da Revista *Katálysis*, além do tema em si, tem um apelo especial por duas razões: a primeira é que os artigos ora publicados versam sobre os antagonismos, desafios e peculiaridades do campo do estágio e da supervisão no processo de formação profissional. A segunda razão é a presença de autores de diferentes regiões e abordagens diversas que favorecem a ampliação do debate.

Regina Célia Mioto e Vera Nogueira, outubro de 2016.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL (ABESS). A metodologia no serviço social. *Cadernos ABESS*. N. 3. São Paulo: Cortez Editora, 1989. 191 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). *Estatuto da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social*. Disponível em: http://www.abepss.org.br/uploads/textos/arquivo_201604041530365473870.pdf. Acesso em: 15 set. 2016.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

Regina Célia Mioto

regina.mioto@gmail.com

Doutora em Saúde mental pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Professora da Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Vera Maria Ribeiro Nogueira

veramrn@gmail.com

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Professora da Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

UCPel

R. Gonçalves Chaves, 373, Centro
Pelotas – Rio Grande do Sul – Brasil
CEP: 96015-560